

Luzinete da Silva Mussi
(Organizadora)



EDUCAÇÃO: PRÁTICAS E SABERES



Educação: práticas e saberes

Organizadora:

Luzinete da Silva Mussi

Autores:

Fernanda de Oliveira Costa Ferareze

Luciano José P. S. da Silva

Luize Queterine Kirker

Luzilene Ramos

Luzinete da Silva Mussi

Silvana Toniazzo

Tania Prestes Dias Alberici

Thais Dias Alberici Lodi



Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa do autor (art. 184 do Código Penal e Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

Editoração / Capa: Instituto Saber

Organizadora: MUSSI, Luzinete da Silva.

Autores: ALBERICI, Tania Prestes Dias; FERAREZE, Fernanda de Oliveira Costa; KIRKER, Luize Queterine; LODI, Thais Dias Alberici; MUSSI, Luzinete da Silva; RAMOS, Luzilene; SILVA, Luciano José P. S. da; TONIAZZO, Silvana.

Educação: práticas e saberes. Organizadora: Luzinete da Silva Mussi. 1 ed. – Sinop-MT: Instituto Saber de Ciências Integradas, 2025.

110 p.

ISBN livro digital: 978-85-68669-41-9

ISBN livro impresso: 978-85-68669-42-6

1.Educação. I. Título.

CDD – 370

Instituto Saber de Ciências Integradas

– Publicação de ebooks das mais variadas
linhas editoriais: isciweb.com.br/livros



– Publicação de artigos científicos através de
nossa Revista Científica Digital Multidisciplinar:
isciweb.com.br/revista



Conselho editorial

Prof.^a Me. Luzinete da Silva Mussi (Editora-chefe)

Dr. Léo Ricardo Mussi

Prof. Especialista Lúcio Mussi Júnior

Sumário

CAPÍTULO I - A importância de se trabalhar o respeito ao próximo com os alunos do ensino regular (Luciano José P. S. da Silva).....	7
CAPÍTULO II - A importância do ensino de LIBRAS como inclusão social na escola (Tania Prestes Dias Alberici; Thais Dias Alberici Lodi)	13
CAPÍTULO III: A importância do suporte emocional para familiares de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (Luzinete da Silva Mussi).....	26
CAPÍTULO IV: A Neuropsicopedagogia no contexto do Transtorno do Espectro Autista – TEA (Luzinete da Silva Mussi).....	34
CAPÍTULO V - Deficiências visuais no espaço escolar (Silvana Toniazzo).....	45
CAPÍTULO VI - Educação Especial (Fernanda de Oliveira Costa Ferareze) ...	59
CAPÍTULO VII - O papel da ludicidade na aprendizagem (Luize Queterine Kirker).....	81
CAPÍTULO VIII - O papel da reestruturação cognitiva-comportamental na ansiedade entre crianças, adolescentes e adultos (Luzilene Ramos).....	91

**CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DE SE TRABALHAR O
RESPEITO AO PRÓXIMO COM OS ALUNOS DO ENSINO
REGULAR (LUCIANO JOSÉ P. S. DA SILVA)**

A importância de se trabalhar o respeito ao próximo com os alunos do ensino regular

Luciano José P. S. da Silva

Resumo:

O respeito ao próximo é um valor fundamental para a convivência social e o desenvolvimento humano. Na educação regular, o trabalho com esse princípio é essencial para formar cidadãos conscientes, empáticos e colaborativos. Este artigo discute a importância de se ensinar o respeito desde a infância, abordando as maneiras como esse tema pode ser trabalhado nas escolas, os benefícios de sua prática diária e os desafios que os educadores enfrentam. Através de atividades pedagógicas, debates e exemplos práticos, os professores podem contribuir para o fortalecimento desse valor nos alunos, promovendo um ambiente escolar mais harmonioso e inclusivo.

Palavras-chave: Respeito. Convivência escolar. Ensino regular. Cidadania. Empatia.

Introdução

A educação é um processo que vai além da transmissão de conhecimento acadêmico, englobando também o desenvolvimento de valores que orientam a convivência social e as relações interpessoais. O respeito ao próximo é um desses valores fundamentais, sendo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No contexto da educação regular, trabalhar o

respeito entre os alunos e entre alunos e professores é uma tarefa que demanda atenção e práticas pedagógicas contínuas. Este artigo visa analisar a importância de trabalhar o respeito ao próximo nas escolas regulares, destacando os métodos que podem ser adotados pelos educadores e os benefícios para a formação integral dos alunos.

Desenvolvimento

Respeito é a atitude de reconhecer e valorizar os direitos, sentimentos e dignidade do outro. Em um ambiente escolar, o respeito é um princípio que deve ser ensinado desde cedo, pois ele é a base para uma convivência saudável e harmoniosa. Ao aprender a respeitar as diferenças, os alunos desenvolvem habilidades sociais essenciais para a vida em sociedade, como a empatia, a colaboração e a resolução pacífica de conflitos.

O trabalho com o respeito ao próximo nas escolas contribui diretamente para a formação de cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres. Quando os alunos aprendem a respeitar seus colegas, professores e as normas da instituição, estão se preparando para viver em sociedade de forma responsável. Além disso, o respeito é

um dos pilares para a construção de uma cultura de paz, onde o diálogo e o entendimento prevalecem sobre a agressão e a violência.

A educação formal pode e deve ser um ambiente propício para o ensino de valores como o respeito. Algumas abordagens eficazes incluem:

Atividades pedagógicas - Desenvolver atividades que estimulem a reflexão sobre o respeito ao próximo, como rodas de conversa, debates e dramatizações de situações cotidianas.

Exemplos práticos: - Os educadores devem ser modelos de respeito para seus alunos, demonstrando atitudes de empatia e consideração nas interações diárias.

Resolução de conflitos: - Ensinar os alunos a lidarem com suas diferenças de forma respeitosa, por meio da mediação de conflitos e do incentivo à comunicação aberta.

Trabalho interdisciplinar: - Incorporar o tema respeito em diversas disciplinas, como História, Literatura e Ciências, para que os alunos possam refletir sobre as várias formas de convivência e convivência pacífica.

Apesar da sua importância, trabalhar o respeito ao próximo nas escolas enfrenta alguns desafios. A diversidade de origens e vivências entre os alunos, o contexto familiar e a influência da sociedade podem gerar conflitos e dificultar a assimilação desse valor. Além disso,

muitas vezes a falta de recursos pedagógicos e a sobrecarga de trabalho dos professores podem dificultar a implementação de ações consistentes que promovam a convivência respeitosa no ambiente escolar.

Conclusão

Ensinar o respeito ao próximo nas escolas regulares é um passo fundamental para a formação de indivíduos que contribuam positivamente para a sociedade. Através de práticas pedagógicas que envolvam reflexão, diálogo e ações concretas, os educadores desempenham um papel crucial na construção de um ambiente escolar mais respeitoso e colaborativo. Embora existam desafios na implementação dessas práticas, o investimento em um trabalho contínuo de sensibilização e aprendizado sobre o respeito resulta em benefícios a longo prazo, tanto para os alunos quanto para a sociedade como um todo.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

VYGOTSKY, Lev. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARTINS, R. A. Educação para a cidadania: a importância do respeito nas escolas. São Paulo: Editora Acadêmica, 2020.

**CAPÍTULO II - A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS COMO
INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA (TANIA PRESTES DIAS
ALBERICI; THAIS DIAS ALBERICI LODI)**

A importância do ensino de LIBRAS como inclusão social na escola

Tania Prestes Dias Alberici¹

Thais Dias Alberici Lodi

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância do ensino de libras como inclusão social na escola. A inclusão é um direito garantido por Leis Federais e Internacionais, para que cada pessoa, independentemente de sua deficiência, seja incluída nesse ambiente social. A metodologia adotada é a pesquisa Bibliográfica com base em autores como: DAMÁZIO (2007); CARVALHO (2000); SKLIAR (1998), entre outros. Foi possível perceber que o envolvimento da família e da escola é muito importante nesse processo, mas muitas vezes acontecem de os pais, por falta de conhecimento da Língua de Sinais, exercerem a comunicação através de gestos naturais do processo de comunicação. E isso também acaba acontecendo na interação entre os colegas. A escola precisa ter uma mudança de postura frente ao currículo inclusivo no atendimento ao aluno surdo, e precisa investir mais em formação continuada do professor.

PALAVRAS-CHAVE: Libras. Inclusão Social. Escola.

INTRODUÇÃO

Discutir sobre Educação Inclusiva, principalmente no que tange a educação de pessoas com surdez, é um tema bastante pertinente para a sociedade contemporânea.

¹ E-mail da autora: taniaprestes2009@hotmail.com

Essa inclusão vem encontrando bastante dificuldades para se efetivar principalmente no âmbito escolar, pois persiste a resistência por parte de alguns atores envolvidos, principalmente pelo corpo docente, que em sua maioria alegam despreparo para lidar com essa deficiência.

Por isso é muito importante pensar na inclusão do aluno surdo inserido na escola e nas suas capacidades de desenvolvimento buscando o parceria de todos os atores envolvidos: familiares, educadores, funcionários e comunidade escolar, em geral.

Neste sentido o objetivo geral deste trabalho é analisar a importância da interação do surdo e sua inclusão na escola.

A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, na qual segundo Marconi e Lakatos (1992), é o levantamento de bibliografias já publicadas, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e escritas. Ela tem como função fazer com que o pesquisador tome conhecimento de todo material já produzido sobre o assunto pesquisado.

Tem como aportes teóricos autores como: DAMÁZIO (2007); CARVALHO (2000); SKLIAR (1998), entre outros.

O desenvolvimento do trabalho se pautará no assunto que fala sobre os direitos do aluno surdo e as Leis que os aparam; também na função da escola nesse processo de

inclusão e a necessidade de formação do professor para se trabalhar com esse aluno.

DESENVOLVIMENTO

Na década de 90 com o surgimento da proposta da Educação Bilíngue e a realização de vários eventos nacionais e internacionais, aos poucos vão sendo determinados às práticas e os direitos da comunidade surda. A Declaração de Salamanca (1994), foi um evento determinante para que a inclusão pudesse ser colocada em discussão no cenário Brasileiro. Outros eventos muito significativos foram a Convenção de Guatemala (1999), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, a promulgação da Lei 10.436/02 que oficializa a Língua Brasileira de Sinais e o Decreto 5.626/05 que regulamenta a Lei 10.436/02.

Esses marcos trouxeram grandes avanços para a educação Inclusiva. A partir dessas discussões o Brasil começou a avançar no processo de Inclusão nas escolas regulares.

Com base nesses pressupostos legais, as escolas e todos os seguimentos da sociedade, buscam adequar-se para acolher e proporcionar condições para que as

peças com necessidades especiais possam desempenhar o seu papel social com igualdade e dignidade. A inclusão precisa sair do papel e ser vivenciada no dia a dia dessas pessoas especiais, e isso está começando a acontecer, mesmo que em passos lentos.

De acordo com (MEC/SEESP, 2007, p.1)

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Entre os aspectos significativos da inclusão no espaço escolar, temos a questão cultural e social, que tem por objetivo a integração das pessoas com necessidades especiais, por meio de ações inclusivas, além das práticas comuns de ensino, pautada no currículo e na avaliação.

A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida no Brasil por meio da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, possibilitando o uso desta língua como instrução na formação intelectual do aluno surdo e abrindo novos caminhos e proposta para a divulgação da mesma, por meio de atividades e práticas pedagógicas. Logicamente

esta prática pedagógica aqui apresentada, deve ser adaptada para esse aluno surdo, levando em consideração não somente ele, mas todos os outros colegas da sala que precisam se comunicar com ele.

A escola precisa rever práticas pedagógicas que venha ao encontro das necessidades e expectativa do educando, pois ela precisa se posicionar como um espaço de conhecimento e manifestações culturais. Neste sentido Carvalho (2000, coloca que

A escola é um espaço cultural, extremamente complexo, impregnado de regras, valores e de muitos sentimentos contraditório quanto às funções políticas e sociais da escola. Inúmeras e diversas são as expectativas da sociedade, das famílias, dos alunos e de toda comunidade escolar, interferindo direta ou indiretamente no dia a dia das escolas (CARVALHO, 2000, p. 180)

A escola precisa desenvolver o projeto político pedagógico na visão de uma escola inclusiva, atendendo alunos com diversas necessidades educacionais especiais, entre essas, as pessoas com surdez.

No texto sobre Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas, do Atendimento Educacional Especializado, Damázio (2007, p. 45) diz que:

A Inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito

à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, afim, de atender às diferenças.

As escolas regulares devem assumir e enfrentar os desafios da inclusão, tendo em vista que tal desafio favorece para o fortalecimento e qualidade na educação, para que isso aconteça as práticas pedagógicas devem ser aprimoradas e diversificadas, para atender os anseios dos alunos especiais e sua integração no convívio social.

O processo educacional quando norteado por práticas pedagógicas fortalece o ensino, dinamiza e proporciona espaços que valoriza a individualidade e a potencialidade de cada um. Segundo Damázio (2007, p. 53) no texto sobre as orientações pedagógicas, temos um esclarecimento sobre a importância das práticas pedagógicas não disciplinares:

Nas “práticas não disciplinares” de ensino predominam a experiência, a criação, a descoberta, a co-autoria do conhecimento. Essas práticas estão voltadas par ao ensino de temas, dede assunto de interesse da turma. Nelas os conteúdos disciplinares não são fins em si mesmo. As escolas que as adotam são espaços educativos de construção de personalidades humanas e autônomas, críticas, nas quais as crianças aprendem a ser pessoas. Nelas os alunos são ensinados a valorizar as diferenças, pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula pelo clima sócio-afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar.

Assim como as disciplinas curriculares, as práticas não disciplinares desenvolve um papel importante na formação intelectual e social do sujeito, normalmente desenvolvida pela necessidade da turma, dentro do espaço escolar, contribuindo na formação e fortalecendo as relações do aprender e viver com as diferenças.

A escola é, sem dúvida, uma instituição de grande importância na formação do indivíduo. É um ambiente onde precisa haver produção de conhecimento e trocas de experiências. É onde as diferenças precisam ser respeitadas, dando lugar para a inclusão em vez a exclusão e discriminação. A equidade precisa fazer parte do planejamento os professores. Isso inclui o processo de inclusão do aluno surdo.

Essa discussão sobre o aluno surdo e o ensino de libras é consideravelmente recente. De início a atuação do intérprete de Libras na educação era na maioria das vezes limitado a escolas especiais e direcionado unicamente para alunos com surdez.

Dois marcos foram muito importantes para que essa discussão tomasse corpo e trabalhasse em favor da inclusão do aluno surdo no Ensino Regular: o primeiro foi a Conferência Mundial Para Todos, na Tailândia (1990), e o segundo foi a Declaração de Salamanca, Espanha (1994). Foi a partir desse momento que a educação especial abre

portas para o ingresso do aluno surdo no ensino regular (SILVA, 2014).

No entanto, somente garantir o espaço físico para que haja a inclusão não é suficiente. É necessário que toda a comunidade esteja envolvida em prol da inclusão do aluno surdo, com profissionais preparados para lidar com as diversas situações e uma estrutura adequada para recebê-los de forma que realmente se sintam incluídos. Até porque podemos observar que, segundo Skliar (1998) as representações sociais sobre a surdez são as principais responsáveis pela exclusão dos surdos por tanto tempo no sistema educacional, e não a incapacidade de ouvirem.

A desconsideração para com seus direitos linguísticos e culturais, o embasamento em teorias de aprendizagem que não refletiam como deveria ser, a participação dos professores ouvintes e das comunidades surdas no processo educativo, foram responsáveis por essa exclusão (SKLIAR, 1998).

Ainda há um grande caminho a percorrer, isso é um processo em constante construção. É por isso que Skliar (1998) diz que colocar duas línguas na classe sem haver uma adaptação curricular, de nada adianta. Além disso é necessário qualificar o professor para que ele consiga fazer essas adaptações atendendo as necessidades de cada aluno (SKLIAR, 1998).

Os professores precisam arrumar estratégias metodológicas para atender ao aluno surdo nessa interação social, e isso não é responsabilidade apenas do professor, e sim de toda a escola, pois a interação social deve acontecer não só dentro da sala de aula, mas também fora dela. Essa postura inclusiva deve fazer parte do Projeto Político Pedagógico da instituição escolar para que todas as ações da escola, inclusive a de formação continuada dos professores, seja contemplada no plano de ação da escola.

Quando ocorre o preconceito da sociedade quanto ao surdo, é preciso que façam uma reflexão e entendam que é necessário fazer mais formação com os professores para que esses venham assumir essa postura inclusiva e assim possam trabalhar com os alunos, para que esses venham exercer sua cidadania na sociedade com mais respeito e equidade.

Mas para que tudo isso aconteça, é necessário também que haja mais participação dos familiares, pois o envolvimento da família e da escola é muito importante nesse processo, porém muitas vezes acontecem de os pais, por falta de conhecimento da Língua de Sinais, exercerem a comunicação através e gestos naturais do processo de comunicação.

Sabe-se que esse é um processo lento e que é preciso continuar buscando uma forma de conscientização de todas as pessoas envolvidas. Logicamente somente a conscientização não resolverá o problema, é preciso ir muito além disso, é necessário trazer formação tanto para os professores envolvidos com este aluno, quanto para os pais, para que estes não fiquem comunicando com o filho apenas por gestos, mas com a linguagem correta de Libras.

Para (Sales, 2004) para que haja uma sociedade mais justa e igualitária, é preciso fazer um trabalho de conscientização para que as diferenças sejam consideradas e respeitadas.

CONCLUSÃO

Espera-se que daqui alguns anos as pessoas comecem a valorizar mais o ensino para os surdos/mudos e percebam que aquilo que está sendo disponibilizado a elas, por meio de leis, precisa ser efetivada de forma Global Mas infelizmente ainda é possível perceber professores não preparados para atender a necessidade desses alunos surdos. Logicamente é preciso mais incentivo do governo em proporcionar aos professores uma

a qualificação necessária, pois isso mudaria o atendimento a esse aluno uma forma mais completa dando a eles um ensino de qualidade.

Foi possível perceber que o envolvimento da família e da escola é muito importante nesse processo, mas muitas vezes acontecem de os pais, por falta de conhecimento da Língua de Sinais, exercerem a comunicação através e gestos naturais do processo de comunicação. E isso também acaba acontecendo na interação entre os colegas.

A escola precisa ter uma mudança de postura frente ao currículo inclusivo no atendimento ao aluno surdo, e precisa investir mais em formação continuada do professor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

_____ Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, DF, 2000.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Deficiência auditiva. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. – 6. reimpr. São Paulo: Atlas: 2011.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SILVA, Elizete Monteiro da. O aluno surdo na Eja: uma reflexão sobre o ensino. REVISTA VIRTUAL DE CULTURA SURDA Edição Nº 12 / Janeiro de 2014.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

**CAPÍTULO III: A IMPORTÂNCIA DO SUPORTE EMOCIONAL
PARA FAMILIARES DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (LUZINETE DA SILVA MUSSI)**

A importância do suporte emocional para familiares de pessoas com Transtorno do Espectro Autista

Luzinete da Silva Mussi

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que impacta não apenas a vida da pessoa diagnosticada, mas também a de seus familiares, que enfrentam desafios emocionais, sociais e econômicos significativos. Diante dessas demandas, torna-se essencial refletir sobre a importância do suporte emocional para familiares, reconhecendo que eles desempenham papel fundamental na promoção do bem-estar e da qualidade de vida da pessoa com TEA. O apoio emocional adequado contribui para a redução de estresse, prevenção de adoecimento psíquico e fortalecimento das redes de cuidado. Este artigo tem como objetivo discutir a relevância da valorização do suporte emocional para familiares de pessoas com TEA, analisando estratégias, benefícios e implicações para uma abordagem inclusiva e humanizada.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Suporte emocional. Família. Saúde mental. Qualidade de vida.

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por alterações no desenvolvimento neurológico, afetando principalmente a comunicação, a interação social e o comportamento (APA, 2014). Por ser uma condição crônica e multifacetada, não apenas a

pessoa diagnosticada é impactada, mas também todo o núcleo familiar, que frequentemente se depara com desafios emocionais, sociais e econômicos significativos (Schmidt & Bosa, 2019). Nesse contexto, a valorização do suporte emocional aos familiares é um fator determinante para a manutenção da saúde mental e da qualidade de vida de todos os envolvidos.

A literatura aponta que as famílias, sobretudo os cuidadores primários, enfrentam níveis elevados de estresse e desgaste emocional, em decorrência das demandas intensivas relacionadas ao cuidado (Oliveira et al., 2021). Além disso, sentimento de culpa, ansiedade e sobrecarga são comuns, podendo desencadear quadros depressivos quando não há uma rede de apoio estruturada (Santos & Barbosa, 2020). Assim, oferecer suporte emocional eficaz é essencial para que esses familiares possam lidar de forma saudável com as exigências do cotidiano.

O suporte emocional pode ocorrer por meio de diferentes estratégias, como grupos de apoio, acompanhamento psicoterapêutico, orientação familiar e políticas públicas voltadas ao acolhimento (Costa et al., 2022). Além de reduzir o impacto psicológico, tais medidas possibilitam uma relação mais equilibrada entre os cuidadores e a pessoa com TEA, promovendo um

ambiente mais seguro e afetivo para o desenvolvimento global do indivíduo (Bosa & Callias, 2018).

Diante disso, este artigo propõe discutir a importância de valorizar o suporte emocional oferecido aos familiares de pessoas com TEA, destacando seus benefícios para a saúde mental, para o fortalecimento das relações e para a efetivação de uma abordagem inclusiva e humanizada.

Desenvolvimento

1. Impacto do TEA na dinâmica familiar

O diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista traz mudanças profundas na rotina familiar. A necessidade de terapias contínuas, acompanhamento médico e adaptação educacional exige grande dedicação dos cuidadores, o que pode gerar sobrecarga emocional e física (Schmidt & Bosa, 2019). Estudos indicam que familiares de pessoas com TEA apresentam índices elevados de estresse, ansiedade e depressão quando comparados a famílias sem essa demanda (Oliveira et al., 2021). Essa realidade evidencia a importância de estratégias que minimizem tais impactos, proporcionando maior equilíbrio e bem-estar.

Além da carga emocional, há também implicações financeiras decorrentes do tratamento e das intervenções especializadas, que frequentemente não são integralmente cobertas por políticas públicas (Santos & Barbosa, 2020). Esse contexto reforça a necessidade de suporte integral, que não se limite ao aspecto clínico, mas contemple também dimensões psicológicas e sociais.

2. O papel do suporte emocional na saúde mental dos cuidadores

O suporte emocional é entendido como um conjunto de ações que visam oferecer acolhimento, escuta ativa e estratégias de enfrentamento aos familiares (Costa et al., 2022). Tal apoio pode ocorrer em nível individual, por meio de psicoterapia, ou coletivo, por meio de grupos de apoio e redes comunitárias. Pesquisas apontam que cuidadores que recebem suporte emocional adequado apresentam melhor qualidade de vida, níveis reduzidos de estresse e maior resiliência para lidar com os desafios impostos pelo TEA (Bosa & Callias, 2018).

Além disso, a valorização desse suporte contribui para a prevenção de adoecimentos psíquicos, como depressão e burnout, que são comuns entre cuidadores

sobrecarregados (Oliveira et al., 2021). Portanto, investir nessa área não é apenas uma questão de assistência humanizada, mas também uma medida preventiva com impactos positivos para toda a família.

3. Estratégias para implementação de suporte emocional eficaz

Para que o suporte emocional seja efetivo, é necessário que ele seja acessível e adaptado às realidades socioculturais das famílias. Entre as principais estratégias destacam-se:

- **Grupos de apoio:** Espaços onde familiares compartilham experiências e recebem orientações de profissionais especializados, promovendo sentimento de pertencimento e troca de estratégias (Santos & Barbosa, 2020).
- **Acompanhamento psicológico:** A psicoterapia, individual ou em casal, auxilia no enfrentamento das emoções e no fortalecimento das relações familiares (Costa et al., 2022).
- **Políticas públicas inclusivas:** A criação de programas governamentais que garantam suporte emocional e financeiro é essencial para reduzir

desigualdades e oferecer cuidado integral (Oliveira et al., 2021).

Essas ações, articuladas de forma intersetorial, podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida das famílias e para a inclusão efetiva das pessoas com TEA.

Conclusão

A valorização do suporte emocional para familiares de pessoas com Transtorno do Espectro Autista é um elemento essencial para a promoção da saúde mental, do equilíbrio familiar e da qualidade de vida. O cuidado não deve se restringir ao indivíduo diagnosticado, mas deve se estender à rede de apoio que o sustenta, considerando que o bem-estar dos cuidadores influencia diretamente o desenvolvimento da pessoa com TEA. Nesse sentido, investir em políticas públicas, serviços especializados e estratégias de acolhimento é um compromisso ético e social que contribui para a inclusão, a equidade e a dignidade humana. Ignorar essa demanda significa perpetuar vulnerabilidades e sobrecarga, enquanto reconhecê-la é dar um passo decisivo para uma sociedade mais empática e justa.

Referências

Bosa, C. A., & Callias, M. (2018). Intervenções e suporte familiar no contexto do autismo. *Revista Psicologia em Estudo*, 23(1), 45-57.

Costa, F. R., Almeida, P. R., & Gomes, L. A. (2022). Saúde mental de cuidadores de crianças com TEA: a importância do suporte emocional. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 18(3), 120-129.

Oliveira, A. C., Silva, J. P., & Mendes, R. T. (2021). Desafios enfrentados por familiares de pessoas com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Psicologia & Sociedade*, 33(1), 1-12.

Santos, M. L., & Barbosa, A. F. (2020). Redes de apoio e qualidade de vida em famílias de crianças com TEA. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(2), e00045219.

Schmidt, C., & Bosa, C. (2019). Estresse e estratégias de enfrentamento em mães de crianças com autismo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 32(1), 1-10.

**CAPÍTULO IV: A NEUROPSICOPEDAGOGIA NO CONTEXTO DO
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA (LUZINETE DA
SILVA MUSSI)**

A Neuropsicopedagogia no contexto do Transtorno do Espectro Autista – TEA

Luzinete da Silva Mussi

RESUMO

Este artigo tem como objetivo explorar a atuação da Neuropsicopedagogia no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando a contribuições dessa abordagem para a avaliação e intervenção pedagógica em crianças com TEA. A Neuropsicopedagogia, ao integrar conhecimento das áreas neuropsicológica, pedagógica e psicológica, proporciona um entendimento abrangente das dificuldades cognitivas, comportamentais e emocionais que caracterizam o TEA. A revisão de literatura aborda os aspectos neuropsicológicos do transtorno, as metodologias de avaliação específicas para o TEA e as estratégias de intervenção que visam promover o desenvolvimento das habilidades sociais, cognitivas e acadêmicas dessas crianças. Como resultados, destaca-se a importância de um plano de intervenção individualizado e a necessidade de uma atuação interdisciplinar para otimizar o aprendizado e a adaptação social dos indivíduos com TEA. Conclui-se que a Neuropsicopedagogia oferece ferramentas eficazes para a promoção da inclusão e do desenvolvimento integral de crianças no espectro autista.

Palavras-chave: Neuropsicopedagogia. Transtorno do Espectro Autista. Intervenção. Avaliação. Inclusão.

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do desenvolvimento neurológico caracterizado por dificuldades nas áreas de comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. A prevalência do TEA tem

aumentado nas últimas décadas, o que destaca a importância de abordagens adequadas para apoiar o desenvolvimento de indivíduos no espectro. A Neuropsicopedagogia enquanto área de interseção entre a neuropsicologia e a pedagogia emerge como uma disciplina fundamental para compreender e intervir nas dificuldades cognitivas e comportamentais desses indivíduos.

A Neuropsicopedagogia se destaca por sua abordagem integrada, que visa identificar as dificuldades cognitivas e emocionais dos indivíduos e oferecer estratégias pedagógicas personalizadas. No contexto do TEA essa abordagem pode ser crucial, uma vez que o transtorno afeta diversas áreas do desenvolvimento, exigindo intervenções específicas para promover a aprendizagem e a adaptação social. Além disso, a atuação neuropedagógica pode facilitar a inclusão escolar e social dessas crianças, ajudando a superar barreiras cognitivas e comportamentais.

Este artigo visa explorar como a Neuropsicopedagogia pode ser aplicada no diagnóstico avaliação e intervenção com crianças diagnosticadas com TEA, oferecendo uma visão abrangente sobre as práticas pedagógicas e as abordagens terapêuticas mais eficazes. A pesquisa em domo objetivo compreender os benefícios da integração de

estratégias neuropsicopedagógicas no atendimento a esses indivíduos, buscando- evidenciar o impacto positivo de uma intervenção individualizada e interdisciplinar no desenvolvimento acadêmico e social

Desenvolvimento

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba uma gama de manifestações clínicas que afetam o comportamento, a comunicação e a interação social dos indivíduos, com início na primeira infância e persistência ao longo da vida. A literatura científica destaca que o TEA é um transtorno neurobiológico com bases genéticas e neurobiológicas complexas, que se manifesta de maneira única em cada indivíduo, as dificuldades de comunicação e interação social, que são características centrais do TEA, podem ser acompanhadas de padrões restritos e repetitivos de comportamento o que torna essencial o uso de abordagens interdisciplinares para intervenção (American Psychiatric Association, 2013).

A Neuropsicopedagogia, como campo interdisciplinar combina os conhecimentos da Neuropsicologia, Psicologia e Pedagogia para promover uma compreensão mais ampla das dificuldades de aprendizagem e dos processos

cognitivos subjacentes, no contexto do TEA, ela desempenha um papel crucial ao permitir uma avaliação holística do indivíduo, considerando não apenas os aspectos acadêmicos, mas também as dimensões emocionais e comportamentais (Gonçalves e Pereira, 2015). Ao integrar essas diferentes perspectivas, a Neuropsicopedagogia oferece intervenções personalizadas que visam não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o social e o emocional, aspectos essenciais para a inclusão de crianças com TEA.

Vários estudos têm mostrado a eficácia de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades específicas dos indivíduos com TEA. A intervenção neuropsicopedagógica adaptadas às necessidades específicas dos indivíduos com TEA. A intervenção Neuropsicopedagógica pode incluir o uso de atividades que favorecem a comunicação, o controle da impulsividade e a regulação emocional, buscando a melhora do desempenho acadêmico e a socialização (Silva et al.,2018).

No entanto, apesar do reconhecimento do papel da Neuropsicopedagogia, ainda existem desafios na implementação de intervenções eficazes e na formação de profissionais capacitados para lidar com as especificidades do TEA. A colaboração entre diferentes profissionais, como psicólogos, pedagogo e terapeutas ocupacionais é

fundamental para o sucesso dessas intervenções, e o planejamento individualizado é um ponto central para promover resultados positivos.

A análise dos estudos evidencia a importância da Neuropsicopedagogia na intervenção com crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). As evidências sugerem que a abordagem neuropsicopedagógica oferece um caminho eficaz para promover o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dessas crianças, ao integrar estratégias pedagógicas com uma compreensão detalhada dos aspectos neuropsicológicos do transtorno.

Primeiramente, é possível observar que a Neuropsicopedagogia contribui significativamente para a avaliação detalhada do perfil cognitivo e comportamental das crianças com TEA. A partir da análise de suas dificuldades de aprendizagem e comportamentais, os profissionais conseguem identificar áreas específicas que precisam de intervenção como a comunicação, o controle emocional e a flexibilidade cognitiva. A utilização de testes neuropsicológicos, como o WISC-IV (Escala de inteligência Wechsler para crianças), e de instrumentos pedagógicos adaptados permite um diagnóstico mais preciso e direcionado, essencial para a elaboração de planos de intervenção personalizados (Gonçalves e Pereira, 2015).

Além disso os estudos revelam que as intervenções neuropsicopedagógicas, quando aplicadas de forma sistemática e individualizada, apresentam resultados positivos significativos no desenvolvimento das habilidades sociais e cognitivas das crianças com TEA. Técnicas como o uso de jogos terapêuticos, atividades de estimulação cognitiva e estratégias de comunicação alternativa têm se mostrado eficazes na melhoria da interação social e no aumento da capacidade de aprendizagem. O trabalho em conjunto com terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos também tem sido destacado como fundamental, já que a intervenção multidisciplinar amplia as possibilidades de sucesso (Silva et al.2018).

Outro aspecto importante discutido na literatura é a relação entre neuplasticidade e TEA. A Neuropsicopedagogia, ao promover intervenções precoces e intensivas pode contribuir para a ativação de circuitos neurais que favoreçam o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais. Estudos sobre neuroplasticidade indicam que, com a estimulação adequada, o cérebro de indivíduos com TEA pode desenvolver novas conexões e compensar deficiências em áreas afetadas pelo transtorno (Baron-Cohen,2009). Isso reforça a importância de um trabalho neuropsicopedagógico que, além de tratar as

dificuldades imediatas, também busque promover mudanças duradouras no funcionamento cerebral.

Porém, a implementação efetiva de estratégias neuropsicopedagógicas ainda enfrenta desafios significativos, como a escassez de profissionais capacitados e a falta de recursos nas instituições educacionais. Além disso, a resistência de algumas escolas em adotar metodologias inclusivas e personalizadas pode ser um obstáculo para o sucesso das intervenções. A formação contínua de profissionais e o fortalecimento da colaboração interdisciplinar são, portanto, aspectos fundamentais para garantir a eficácia da neuropsicopedagogia no contexto do TEA.

Conclusão

A Neuropsicopedagogia, como campo interdisciplinar que integra a neuropsicologia e a pedagogia, tem se mostrado uma abordagem valiosa no suporte ao desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A análise da literatura disponível revelou que a combinação de estratégias pedagógicas e técnicas de avaliação neuropsicológicas permite intervenções mais eficazes, adequadas às necessidades específicas de cada

indivíduo no. espectro. O estudo confirmou a importância de uma avaliação detalhada, que leva em conta as particularidades cognitivas, emocionais e comportamentais do indivíduo, e a necessidade de intervenção individualizadas e multidisciplinares.

Os resultados indicam que, quando aplicada de maneira integrada, a Neuropsicopedagogia promove melhoras significativas no desenvolvimento acadêmico, social e emocional das crianças com TEA. As intervenções, que incluem atividades de estimulação cognitivas, técnicas de comunicação alternativa e apoio comportamental, favorecem o aumento da autonomia e da capacidade de interação social desses indivíduos. Além disso a utilização de práticas que estimulam a neuroplasticidade pode contribuir para o aprimoramento das funções cognitivas e sociais ao longo do tempo.

Entretanto ainda existem desafios significativos para a implementação eficaz da Neuropsicopedagogia nas escolas e em outros ambientes de apoio. A falta de formação especializada de profissionais e a resistência à adoção de métodos inclusivos nas instituições de ensino, representam obstáculos que precisam ser superados. A colaboração interdisciplinas, a capacitação contínua dos profissionais e o investimento em recursos educativos

adaptados são essenciais para garantir o sucesso das intervenções.

Por fim, este estudo aponta para a necessidade de mais pesquisas empíricas que avaliem de maneira quantitativa a eficácia das intervenções neuropsicopedagógicas com crianças com TEA, a fim de aprimorar as estratégias existentes e fornecer uma base sólida para futuras práticas pedagógicas. A Neuropsicopedagogia se apresenta como um campo promissor para promover a inclusão e o desenvolvimento integral das crianças com Transtorno do Espectro Autista, mas a superação dos desafios estruturais e profissionais é fundamental para a ampliação de seus benefícios.

Referências

American Psychiatric Association. Manual diagnóstico e estatístico de doenças: DSM-5.5. ed. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

BARON-COEN, SIMOM. O espectro do autismo: teoria e pesquisa Oxford Imprensa Universitária, 2009.

GONÇALVES, M. M.; PEREIRA, L. F. Neuropsicopedagogia: Teorias e práticas educacionais. 2. Ed. São Paulo: Editora Pedagógica, 2015.

SILVA, R.R.; LIMA, S. M.; COSTA, L.A. Intervenções neuropsicopedagógicas no TEA: Uma análise das práticas pedagógicas inclusivas. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, n. 3, p. 241-255, 2018.

MOREIRA, A. R.; ALMEIDA, M. E. Neuropsicopedagogia e a inclusão escolar: Uma abordagem prática. São Paulo: Editora Educacional, 2017.

MARCOS, P.; PEREIRA, M. L. Autismo e intervenção precoce: O papel da neuropsicopedagogia. Revista de Psicologia da Educação, v. 32, n. 2. 120-134, 2020.

CAPÍTULO V - DEFICIÊNCIAS VISUAIS NO ESPAÇO ESCOLAR (SILVANA TONIAZZO)

Deficiências visuais no espaço escolar

Silvana Toniazzo

RESUMO

Este artigo apresenta uma visão, que tem uma reflexão sobre as relações das propostas construídas, que visa na informação e geração do trabalho com a compreensão intelectual na área da educação, que demonstra uma expectativa positiva dentro do espaço escolar com os portadores visual que são especiais. A integração dos alunos com deficiência no espaço escolar tem sido tema de grandes discussões no âmbito educacional. Este trabalho está sendo realizado por meio de pesquisas bibliográficas visando contribuir para melhor esclarecimento do tema em que envolve a questão. O objetivo foi proporcionar uma visão completa sobre as deficiências visual no espaço escolar e demonstra a postura de contribuir com as propostas que envolvem a visão global dos deficientes visual de cada espaço escolar. Os resultados do artigo apontam a importância que a deficiência visual, atendem uma opção que tem o desenvolvimento educacional dos alunos com excepcional e que a envolvem todos os conhecimentos do professor sobre as deficiências visuais.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência visual no espaço escolar.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, tem a finalidade de compreender uma reflexão com aspectos de multiplicidade de fatores que podem contribuir e obter a ocorrência da integração das deficiência visual no espaço escolar, com a diversidade de condições que se pode apresentar a educação de pessoas com deficiência visual ainda tem sido alvo de grandes discussões nos dias atuais, e alguns ainda

defendem a idéia de que deficientes visuais devem estudar em escolas especializadas, ou seja, escolas equipadas e preparadas para recebê-los e educá-los.

Essa ideia é defendida tanto por educadores e administradores de escolas, quanto por pais e familiares dos deficientes visuais, é aquela que difere da média a tal ponto que irá necessitar de professores especializados, adaptações curriculares e ou materiais adicionais de ensino, para ajudá-la a atingir um nível de desenvolvimento proporcional às suas capacidades, o objetivo foi proporcionar uma visão completa sobre as deficiências visual é Investigar como ocorre a interação com os alunos portadores no ensino da educação básica.

As deficiências visuais no espaço escolar, atrasam o desenvolvimento global da criança, dificultando sua aprendizagem e autonomia, desse quadro, a pessoa pode já nascer ou adquirir baixa visão e deficiência física ou intelectual, cegueira e distúrbios neurológicos, surdez e mobilidade física, entre outros, de níveis que vão de leve a severo.

Os espaços escolares decorrem do fato de que não estão preparadas para atender tal grupo de pessoas, pois, estas necessitam de alguns equipamentos especiais e, além disso, a maioria dos professores não estão preparados didaticamente para recebê-los.

Desta forma, o desenvolvimento dos alunos com deficiência visual no espaço escolar, tem como fazer, uma investigação, para analisar junto como a metodologia de pesquisa-ação para contribuir na expectativa da deficiência visual no seu meio, a pesquisa com um “problema” para ser tema de-reflexão e estudo, definido para estabelecer um estudo a ser aplicada, com os principais objetivos, e definir o referencial teórico que servirá de base para a pesquisa desenvolvida.

DESENVOLVIMENTO:

Este trabalho ajuda, portanto, a avaliar as necessidades específicas e a deficiências visual que visa as adaptações e recursos que facilitam o processo de ensino aprendizagem dentro da sala de recursos, os alunos com dificuldade para enxergam, possuem algumas necessidades especiais, e como vimos, não devem ser educados separadamente, mas sim, frequentar espaços escolar, regulares tendo suas necessidades supridas por uma sala de recursos.

Porém, salas de recursos funcionam dando suporte ao aluno e ao professor de uma sala comum, devendo servir como um complemento às ministrações trazidas à turma,

sanando dificuldades e eliminando eventuais dúvidas provenientes da deficiência visual do aluno cego ou com baixa visão.

Vale ressaltar que não se trata de uma sala especial, mas de uma extensão da sala comum que será frequentada pelo aluno deficiente visual fora do horário normal de aula, os professores que tiverem em sua sala um aluno com deficiência visual, também devem freqüentar as salas de recurso a fim de que acompanhem o desempenho de seu aluno e aprendam o que fazer para melhor ensiná-lo e para integrá-lo ao resto da classe.

Sala de Recursos local com equipamentos, materiais e recursos pedagógicos específicos à natureza das necessidades especiais do aluno, onde se oferece a complementação do atendimento educacional realizado em classes do ensino comum. (BRASIL, MEC, 1995, p. 55)

Na sala de recursos deve haver materiais e equipamentos que possibilitem o aprendizado dos alunos com deficiência visual (cegos ou com baixa visão), havendo, também, um professor especializado, ou seja, um professor formado em Educação Especial que domine o Sistema Braille e todos os instrumentos necessários à educação de tais alunos.

O professor especializado será um elo de ligação entre a escola e a família do aluno com a deficiência visual,

devendo sempre manter contato com os pais e com o professor da sala comum, para que ambos acompanhem seu progresso.

Pires (2005, p. 22) destaca que:

O sentido da visão impõe-se de tal maneira no imaginário popular que, por muitas vezes, o olho adquire poderes contraditórios, sendo alvo de diferentes interpretações: manifesta perigo, quando se transforma no “mau olhado” e atinge mortalmente as plantas, adoece crianças e animais, ou impede o progresso de alguém; representa controle e guarda, se a ordem é “ficar ou estar de olho” [...]

Como funciona uma sala de recursos com o Professor para deficiência visual: apoiar o professor da sala de recurso, tirando dúvidas tanto suas quanto dos demais alunos sobre a cegueira, podendo, inclusive, assistir às aulas juntamente com a classe fazendo sugestões sobre a melhor forma a ser aplicada pelo professor a fim de facilitar o entendimento do aluno com deficiência visual;

Elaborar materiais didáticos, de acordo com o comprometimento visual que o aluno apresente: se o aluno for totalmente cego, deverá ter à sua disposição um material em Braille, mas, se este tiver baixa visão, será necessário que um laudo médico constate o quanto ele pode ver e, assim, se faça uma adequação ao material, ampliando-se a letra até o ponto em que possa ser vista nitidamente;

Participar na elaboração das atividades e das avaliações junto ao professor da classe comum, tornando possível que o aluno com deficiência visual participe de todas elas junto ao resto da turma, não ficando de fora de nada do que vier a acontecer; desenvolver junto ao coordenador pedagógico da escola e junto ao professor da sala comum, um trabalho de orientação aos pais, informando-os acerca do progresso educacional de seus filhos, bem como, sobre os métodos de ensino utilizados para que a família possa de certa forma contribuir para o aprendizado da criança, auxiliando-a em casa;

... a aceitação e flexibilidade do professor em relação à sua limitação é um dos principais fatores que afeta a inclusão do aluno com baixa visão. É necessário incluí-lo na sala de aula e no ambiente escolar, propiciar interação com seus colegas promover sua socialização, resgatar sua autoestima e cidadania. (RAMAGNOLLI apud AMIRALIAN, 2008, p.21)

Os autores Ochaíta e Espinosa (2004, p. 152) classificam a cegueira como “uma deficiência sensorial que se caracteriza pelo fato de que as pessoas que dela padecem têm seu sistema visual de coleta de informações total ou seriamente prejudicado.” A cegueira pode ser congênita ou adquirida (em decorrência de causas orgânicas ou acidentais) e traz consequências para o desenvolvimento e a aprendizagem, porque a informação

não é obtida por meio dos olhos, requisitando, portanto, sistemas de ensino por vias alternativas.

Dessa forma observamos que os direitos das crianças e dos adolescentes portadores de deficiência estão assegurados pela Lei Maior. Por fim, o artigo 244 da nossa Constituição, o último a tratar o tema da deficiência, dispõe sobre “a adaptação de logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º.” (CF/88, art. 244).

Sem dúvidas, a Constituição Federal de 1988 representou um avanço no que diz respeito aos direitos das pessoas portadoras de deficiência visto que as constituições anteriores não tratavam o tema com a devida importância. Uma análise do que está expresso nela, permite-nos afirmar que a nossa Lei Maior é uma lei inclusiva, preocupada com a situação de todos (MENDES, 2008).

A DEFICIÊNCIA VISUAL NO ESPAÇO ESCOLA

A dificuldade da deficiência visual dentro do espaço escolar, não tem um resultado satisfatório, devido as políticas públicas que deixam a desejar na forma correta de desenvolver um espaço, ou ambiente de qualidade na vida dos deficientes visual no espaço escolar.

Na visão dos educadores e especialista dentro da escola, traz uma proposta de entendimentos que dar uma partida para desenvolver o processo de ensino aprendizagem, para que a mobilização dos portadores de deficiência visual desenvolvem uma postura eficiente que busca na missão de uma integração coletivo e individual, que continua a contribuir na vida dos alunos com deficiência visual no espaço escolar. Conforme a Constituição Federal de 88 falar que:

A partir de então vários outros eventos e políticas públicas de inclusão foram implementadas, inclusive no Brasil. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º inciso IV, vem “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Garante ainda em seu artigo 205, no capítulo III, a educação como um “direito de todos e dever do Estado”. Portanto, todos têm direito a uma educação gratuita e de qualidade, inclusive os deficientes visuais ou as pessoas com visão reduzida. A visão reduzida sob o enfoque educacional, “trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos a tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais” (LIMA, 2005, p.71).

4 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho as deficiências visuais, baixa visão abrange vários graus de visão residual, capaz de causar prejuízos e afetar profundamente a prática de tarefas rotineiras. Assim sendo, é necessário o uso de

recursos de ampliação, além de recursos ópticos específicos.

Considera-se deficiente visual a pessoa que tem alguma percepção da luz ou nenhuma visão, sendo preciso utilizar o sistema Braille, assim como outros meios de comunicação específicos para esse fim.

A deficiência visual, traz diversas consequências no desenvolvimento do aluno tanto na sua maneira de conhecer o mundo quanto no desenvolvimento das habilidades adaptativas, no espaço escolar, é imprescindível o educador estar atento às competências e necessidades do aluno com deficiência visual

É necessário ainda propiciar um ambiente lúdico, buscar atividades adaptadas e funcionais que favoreçam o desenvolvimento da comunicação e das interações sociais dos alunos, respeitando os limites e o tempo de cada educando.

A Baixa Visão abrange vários graus de visão residual, capaz de causar prejuízos e afetar profundamente a prática de tarefas rotineiras, sendo, necessário o uso de recursos de ampliação, além de recursos ópticos específicos.

Dessa forma, é essencial desenvolver outras habilidades e sentidos remanescentes (tátil, auditivo, anestésico e olfativo), servindo assim de suporte, a partir de pistas que auxiliam na construção de imagens mentais

para então tornarem-se capazes de elaborar conceitos, facilitando a interação com os outros e deixando-os mais independentes e autônomo, diante de suas atividades diárias.

O desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual e visual e seu relacionamento psico-social são possíveis quando se tem uma interação com a sociedade e a comunidade onde se relacionam, tendo sempre em vista seu desenvolvimento cognitivo e possivelmente sua intenção no mercado de trabalho.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues. O que é deficiência intelectual ou atraso cognitivo?2007. Disponível em: <http://inclusaobrasil.blogspot.com/2007/10/o-que-deficincia-intelectual-ou-atraso.html>. Acesso em: 05/03/2021.

ADEFIB, Associação dos deficientes físicos de Betim. Deficiência múltipla. Disponível em <http://www.adefib.org.br/index.php/deficiencia-multipla>. Acessado em 28/03/2021.

BAQUERO. R. Vygostky e a aprendizagem escolar. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. 167 p.

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.17, p.59-76, 2011.

BRASIL, MEC/SEESP. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 23/03/2021.

BRASIL. Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007. Acesso em 08 de março de 2013. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Educação Fundamental/Secretaria de Educação Especial.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares. Estratégias para Educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEF, 1990.

CARVALHO, E.N.S. de. *Programa de capacitação de recursos humanos do Ensino Fundamental: deficiência múltipla*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2000.

CAMPOS, Shirley de. SurdoCegueirae Múltipla Deficiência Sensorial. Disponível em: <http://www.drashirleydecampos.com.br/noticias/13379> . Acessado em 29/03/2021.

FERREIRA, Aurélio B. Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2ª Ed., São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2004.

LIMA, Priscila Augusta de Lima. O aluno com deficiência visual na escola. In: Veredas – Formação superior de professores: módulo 7 – volume eletiva 3 /SEE-MG. Belo Horizonte: SEE- MG, 2005.

OCHAÍTA, Esperanza; ESPINOSA, Maria Ángeles. Desenvolvimento e intervenção educativa nas crianças

cegas ou deficientes visuais. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro e PALACIOS, Jesús (orgs). Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais 3. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TECNEP, Programa. Curso de Especialização: “Educação Profissional Tecnológica”. Módulo III – As necessidades educacionais especiais. Disciplina VI –As necessidades Educacionais Especiais de Alunos com Deficiência Múltipla.Ministério da Educação. 2008.

CAPÍTULO VI - EDUCAÇÃO ESPECIAL (FERNANDA DE OLIVEIRA COSTA FERAREZE)

Educação Especial

Fernanda de Oliveira Costa Ferareze

RESUMO

O presente artigo pretende abordar sobre a educação especial e as formas de comunicação alternativa que são aplicadas. A inclusão de alunos que apresentam necessidades especiais, em escolas de ensino regular é um grande desafio que estamos prestes a alcançar, na qual, todos os alunos sejam eles deficientes ou não devem estar incluídos nas salas de aulas, e receber um ensino com qualidade. Sendo assim, se faz necessário que a escola reflita sobre esse novo conceito de ensino, e realize algumas mudanças necessárias no trabalho pedagógico da escola, para que mantenha a convivência dos alunos com necessidades especiais com os demais alunos. Para o desenvolvimento do artigo a metodologia utilizada foi por meio de pesquisas bibliográficas, e o objetivo principal é fazer com que a inclusão relacionada aos deficientes e os demais alunos possam acabar com as desigualdades existentes em nossa sociedade, e garantir o direito ao ensino com qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Ensino regular. Educação Especial.

INTRODUÇÃO

A educação possibilita que as pessoas absorvam vários conhecimentos necessários para o desenvolvimento na sociedade. Ocorreram diversas mudanças no âmbito educacional, e dentre elas na escola especial e também inclusiva, voltadas ao atendimento do aluno com deficiência

que devido a alguma incapacidade intelectual ou física e precisam de atendimentos especiais.

No mundo atual no qual estamos inseridos cresce a necessidade por uma maior atenção para as pessoas que possuem necessidades especiais. Sendo assim, a evolução da educação especial e também inclusiva ganha maiores espaços.

A Educação Especial se refere ao atendimento como também a educação das pessoas que possuem alguma deficiência, na qual estão inseridos em instituições de ensino regulares ou em ambientes especializados. Ela busca atender de forma especial cada aluno, com base nas suas diferenças individuais, onde cada um terá a sua forma de aprender respeitando os seus limites que acontece através de uma adaptação do sistema educativo. Sendo assim, é possível diminuir o preconceito e ajudar na socialização, tornando espaços e ambientes comunitários.

A Educação Especial contribui na aprendizagem dos indivíduos que não conseguiram se encaixar nas formas de ensino usadas pela educação regular, onde essa educação busca atender alunos que possuem necessidades especiais. Já a educação inclusiva busca atender a todos os indivíduos, em espaços educativos comuns no ensino regular, auxiliando no desenvolvimento da aprendizagem e

também pessoal, pois o que ela busca é uma sociedade inclusiva.

Através da educação inclusiva a Educação Especial conseguiu um maior desenvolvimento. Porém, o ensino às pessoas com deficiências requer de um ambiente adaptado com materiais, equipamentos, tecnologia e também professores especializados capazes de atender as necessidades de cada um. Desta forma, surge a necessidade de adaptar também o sistema de ensino regular, e transformar para atender pedagogicamente todos de forma inclusiva.

A maior parte das crianças que possuem necessidades especiais se encontra fora do sistema tradicional de ensino, onde grande parte delas está inserida em escolas específicas para criança deficientes.

Desta forma, não existe uma maneira única de trabalhar o aprendizado, pois cada um apresenta um comportamento diferente, e que precisa ser analisado conforme a sua subjetividade e limitações. Sendo assim, uma mesma atividade pedagógica pode ter resultados diferentes de duas crianças com o mesmo diagnóstico, o que acaba desafiando coordenadores e também os professores.

Contudo, muito dos profissionais da área da educação sentem dificuldades em ensinar para as pessoas

portadoras de necessidades especiais, pelo fato de não se sentirem aptos para alcançar as necessidades dessas crianças. Desta forma, é imprescindível analisar o desenvolvimento dos professores para saber se estão conseguindo educá-las como esperado.

Diante do exposto, o professor precisa receber uma formação específica teórica e também prática para que fiquem aptos a atender com qualidade as situações do dia-dia dos alunos. Pois, a devida qualificação do professor para saber lidar com esses alunos é de grande importância, visto que, são esses profissionais os mais responsáveis em contribuir no conhecimento pedagógico.

Portanto, para o desenvolvimento do artigo a metodologia utilizada foi por meio de pesquisas bibliográficas, e o presente artigo procurará abordar sobre a educação especial, sua inclusão no contexto escolar abordando também sobre a comunicação alternativa, bem como as necessidades de investir na formação de mais professores para atendê-los, devido às dificuldades enfrentadas pelos professores. Tendo como principal objetivo conseguir uma maior participação das pessoas portadoras de necessidades especiais no ambiente social, para que assim elas possam ter um melhor desenvolvimento e não fiquem excluídas da sociedade.

Ressaltando também a importância da comunicação alternativa ajudando no desenvolvimento das pessoas.

CONTEXTO HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA NO MUNDO

Conforme Gugel (2007) a sobrevivência de um portador de deficiência em certos grupos primitivos de humanos era impossível devido o ambiente ser muito desfavorável; essas pessoas eram consideradas um fardo. Crianças nascidas com algum tipo de deficiência eram sacrificadas (sociedade tribal – guerra); só os fortes sobreviviam.

No Egito Antigo era diferente, de acordo com evidências arqueológicas, algumas pessoas com deficiência integrava as classes sociais hierarquizada, pessoas com nanismo não tinha qualquer impedimento físico para ocupar posições importantes na sociedade comenta. (GUGEL, 2007).

Ao longo dos séculos XVI e XVII, em diferentes países europeus, foram sendo construídos locais de atendimento específico para pessoas com deficiência, fora dos tradicionais abrigos ou asilos para pobres e velhos. Apesar das malformações físicas ou limitações sensoriais, essas pessoas, de maneira rara e ainda tímida, começaram

a ser valorizadas enquanto seres humanos. (GARCIA, 2011).

Em 1825, o professor Louis Braille criou o sistema braille, onde os cegos poderiam usar objetos que havia pontinhos em alto relevo para ler. Esse sistema foi embasado na ideia de Charles Barbier, que criou um código para comunicação entre soldados em guerra durante o período noturno sem que fosse necessária a presença de iluminação. O sistema braille só foi adotado por toda a França em 1854, dois anos após a morte do seu idealizador. (SILVA, 1987, p. 182).

Em 1981 a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD). Neste ano as pessoas com deficiência estavam no centro das discussões, no mundo e também no Brasil. (JUNIOR, 2011).

Em 1990 segundo Sasaki (2011), surgia para acessibilidade o uso do conceito de desenho universal, onde os locais, meios de transporte devem atender não somente aos deficientes, mas a todas as pessoas.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE

A formação inicial dos profissionais da educação básica deve ser responsabilidade principalmente das instituições de ensino superior, nos termos do art. 62 da LDB, onde a finalidade de pesquisa, ensino e extensão e a relação entre teoria e prática podem garantir o grau de qualidade social, política e pedagógica que se considera necessário (BRASIL, 2001, p.143).

Segundo Anache,(2011, p.53).

O professor que tem esse aluno em sua sala não pode se deter em planejamentos padrões. Pelo contrário, as necessidades específicas do aluno especial também criam a necessidade de novas e diferentes formas de apresentar o conteúdo escolar; ação que proporciona maior compreensão por parte desse aluno e dos demais. O professor tem, em sua realidade de sala de aula, alunos com necessidades específicas, sobre as quais pode não ter tido oportunidade de estudar ou de pesquisar.

No entanto espera-se muito da escola com seu compromisso social de educar a todos os alunos sem exceção, inclusive alunos com deficiência cujos princípios e diretrizes foram introduzidos com veemência, a partir da Declaração de Salamanca (1994).

De acordo com Freitas, (1998, p.33).

Faz-se necessário que o professor esteja preparado para receber o “novo aluno”, para que a inclusão não seja somente física, mas que haja uma aprendizagem significativa para todos os alunos. Assim para que se dê essa significativa aprendizagem é necessário saber o que

o professor pensa, suas expectativas, suas ansiedades em relação ao diferente.

A educação especial favorece o acesso e a permanência desse grupo heterogêneo na escola, seja essa regular ou especial. A educação especial é uma modalidade de educação que perpassa todos os níveis de escolaridade e outras modalidades.

INCLUSÃO DOS DEFICIENTES NO AMBIENTE ESCOLAR

Aos indivíduos que possuem alguma deficiência, os seus desenvolvimentos em relação aos efeitos educacionais ocorrem de forma lenta e mais comprometido, comparado aos que não possuem a deficiência. Desta forma, a escola possui um papel fundamental, para o seu desenvolvimento, na qual, estes alunos precisam ser atendidos com atividades que proporcionem o seu desenvolvimento cognitivo fazendo com que eles se sintam capazes de adquirir a aprendizagem e não se tornem crianças excluídas do seu contexto escolar e social.

Pessoas portadoras de algum tipo de deficiência seja ela física ou intelectual, podem não ter as suas necessidades realizadas como deveria pelo sistema

educativo tradicional. É a partir disso, que entra o modo de ensino especial, que permite ao indivíduo uma educação diferenciada, por meio de instituições especializadas. Porém, após as mudanças nas políticas educacionais, atualmente, os deficientes estão cada vez mais conseguindo espaços na perspectiva inclusiva.

Vale ressaltar que na escola, é dever de todos que dela fazem parte, cuidar, auxiliar e ter responsabilidades com todos os alunos que possuem necessidades especiais, e não somente o professor como muitos ainda pensam. De fato, a escola é uma forma de auxiliar na aprendizagem e inclusão de diversas maneiras, seja através de materiais didáticos adaptados que facilita no entendimento; por meio de cursos disponibilizados para estes educadores com o objetivo de dar acesso a novas práticas de ensino.

Segundo Tessaro (2005), relata que os obstáculos maiores em relação a deficiência, não é somente a questão da deficiência, mas sim as oportunidades que são concedidas. Ela acredita também que, a vida destas pessoas está diretamente relacionada com as limitações ou incapacidades, assim que as suas aptidões e também as potencialidades não são consideradas.

De acordo com Mantoan (1997), as deficiências dos indivíduos precisam ser vistas como formas a que a escola precisa atender, onde é preciso que seja incluído novos

recursos de ensino e aprendizagem, realizados através de mudanças de atitudes dos professores como também da própria instituição. Buscando adequar todas as práticas e formas de ensino mais voltadas para os alunos que não são portadores de deficiência, por práticas de uma educação que supram as necessidades de todos, assim, será possível realizar de fato a inclusão.

Infelizmente, ainda encontramos escolas superlotadas onde o professor não consegue tratar todos da melhor forma, garantindo uma educação com qualidade. Desta forma, os educadores sentem dificuldades em dar conta das atividades para a educação tradicional e muito mais para a educação especial, sendo assim, não há dúvidas que devemos continuar em busca de mais mudanças para suprir todas essas necessidades. De acordo com Oliveira (2007, p. 37), “Alguns educadores expressam medos e dúvidas sobre a possibilidade de se efetivar concretamente a inclusão nas escolas”.

A maior parte das crianças que possuem necessidades especiais se encontram fora do sistema tradicional de ensino, onde grande parte delas estão inseridas em escolas específicas para criança deficientes. De acordo com o Artigo 58 da Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, define da seguinte forma a Educação Especial.

Vale ressaltar, que o processo de construção da escola inclusiva não é uma tarefa tão simples para os profissionais da educação, pois em sua grande maioria não possuem formação para encarar esse desafio. Pois, quase nunca esses profissionais recebem conhecimentos no momento da sua formação inicial ou continuada, o que acaba dificultando a sua forma de ensino.

No entanto, para que seja possível alcançar a aprendizagem, deve haver uma colaboração por parte de todos, desta forma, será preciso que o professor reformule as suas atividades rotineiras como também o seu planejamento de aula, para que atenda todos os alunos, sem nenhuma distinção.

A família também possui uma grande responsabilidade em ajudar na aprendizagem, assim como a escola que deve disponibilizar serviços de apoio pedagógico especializado de forma diversificada para que seja possível alcançar os diferentes ritmos de aprendizagem, ou outras formas de incentivar e auxiliar os aprendizes, sempre em concordância com a família e visando garantir educação de qualidade para todos.

É fundamental que ocorra uma diminuição da quantidade de alunos por classe, melhoria da formação profissional, aprendizado cooperativo, uma maior valorização do magistério, plano individual de ensino,

formas de ensino voltadas às habilidades de cada um e não em suas deficiências. Desta forma, será possível conseguir adquirir o sistema inclusivo.

Os professores responsáveis por ensinar aos alunos com necessidades especiais buscam melhorar as velhas práticas e aplicar novas formas pedagógicas, respeitando as limitações e dificuldades de cada um, em busca de alcançar a interação e o aprendizado de qualidade para os deficientes. Assim, as escolas devem enfatizar sempre no ato educativo, segundo Oliveira (2012, p. 18):

E é nisto que a escola deve centrar sua atenção: como se podem criar possibilidades de aprendizagem no contexto escolar, interpondo uma substancial mudança de foco, onde as dificuldades não são aprendidas simplesmente como fatores inerentes à condição biológica, mas como, também, provenientes das limitações do contexto social, no caso, escolar (OLIVEIRA, 2012, p.18).

Vale ressaltar, que a participação da família junto a escola é muito importante para que ocorra o desenvolvimento da criança, bem como o seu crescimento intelectual e social. De acordo com PAULA (2007, p. 16), “O relacionamento entre a família e a escola deve ser harmoniosa, favorecendo o diálogo sobre as diferenças de valores e pontos de vista sobre a educação”.

Para que seja possível um melhor envolvimento do aluno no ambiente escolar, é fundamental o uso de jogos

que desenvolvam o raciocínio lógico, assuntos de português e matemática de forma dinâmica e inteligente que diversifique seus conhecimentos.

O atendimento especializado envolve a interdisciplinaridade voltadas às práticas pedagógicas, recursos e metodologias. Em todo plano de aula é fundamental a relação entre o profissional da sala AEE e o professor do ensino regular, para que todas as atividades possam estar interligadas em busca de um melhor desenvolvimento da criança deficiente. Diante da atuação do professor de AEE, relata Mantoan (2010, p. 14):

O professor de AEE é um profissional que atua sobre as peculiaridades de certos alunos, provendo recursos, meios, equipamentos, linguagens e conhecimentos que os apoiam no acesso e participação no ensino comum. Seu trabalho vai além do ensino de técnicas, códigos, manuseio, treino de uso dos recursos que dão suporte à escolarização dos alunos nas turmas comuns e não visam à aprendizagem de conteúdos curriculares. Trata-se de um professor especializado nesse tipo de atendimento, mas que não se confunde com o especialista no sentido usual do termo, porque ele é, antes de tudo, um professor, cujo entendimento da Educação Especial na perspectiva inclusiva, permite que ele integre sua especificidade ao ensino comum, sem desfigurá-la. Esse professor pesquisa, estuda cada um dos alunos que lhe é encaminhado e decide, organiza, cria, desenvolve recursos para além do que já existe de suportes de todo tipo, que possam suprir as necessidades de cada um (MANTOAN 2010, p.14).

O AEE foi criado para dar assistência aos professores que nas salas de aula trabalham com alunos que possuem alguma deficiência, superdotação, ou até transtornos

globais do desenvolvimento. Segundo, Fávero et al (2007, p. 27) “O Atendimento Educacional Especializado funciona em moldes similares a outros cursos que complementam os conhecimentos [...]. Portanto, esse Atendimento não substitui a escola comum [...]”. Ou seja, o AEE é de fato um atendimento bastante essencial, porém ele deve ser desenvolvido por um psicopedagogo em um horário que seja diferente ao horário da sala regular.

Deve haver a interação da família, do educador e todos que fazem parte da instituição de ensino, buscando enfrentar os problemas de forma participativa, para que seja possível realizar de fato a inclusão.

Desta forma, o atendimento educacional especializado possibilita aos deficientes acesso ao ensino, uma melhor motivação para permanecer nele, e com isso, a satisfação desses alunos deficientes inseridos nas escolas comuns, junto aos demais alunos da classe escolar que não possuem deficiência.

Vale ressaltar que o atendimento educacional especializado possui segurança na legislação oficial, e os professores junto a família devem ser um grande facilitador, ajudando aos deficientes a destruírem as barreiras que impedem o processo da aprendizagem.

COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA

A comunicação é algo fundamental é necessário para a vida de todos da sociedade, desde as idades iniciais as crianças já começam a se expressarem seja por meio do riso ou do choro e aos poucos vão se desenvolvendo começando a se expressar com posturas e gestos conseguindo assim se desenvolver no meio social.

A Comunicação Alternativa surgiu nos anos 50, e ela é utilizada para utilizar outras formas de comunicação, por exemplo, a língua de sinais, o uso de pranchas de alfabeto ou símbolos pictográficos, o uso de gestos, expressões faciais, ou até mesmo a utilização de sistemas de computador que apresentam voz sintetizada, como também figuras, símbolos que podem ser utilizados como apoio a fala, auxiliando a linguagem oral. É importante frisar que essa forma de comunicação reduziu a questão da exclusão e acaba sendo uma forma de grande motivação tanto para o falante como o ouvinte.

A comunicação torna-se alternativa quando a pessoa não consegue se expressar por outra forma de comunicação. E o referido sistema de comunicação pode ser de duas formas: sem o auxílio instrumental e com o auxílio. Com o uso dos recursos instrumental podem ser utilizados fotos, comunicador, figuras, gravador de voz,

também teclado de digitação, entre outras formas. Já os recursos que não utilizam o auxílio instrumental usam o seu próprio corpo para se expressar e realizar a comunicação, assim como sinalizações e gestos.

A introdução da CAA deve acontecer sempre que houver um distanciamento entre a capacidade compreensiva e expressiva de um sujeito ou quando a possibilidade de se fazer entender é menor do que a de seus pares (pessoas da mesma idade), diminuindo assim as oportunidades de interação e relacionamento deste indivíduo. (BERSCH & SCHIRMER, 2007, p.60).

Desta forma, a comunicação alternativa é tão importante como a linguagem oral e auxilia bastante as pessoas com deficiência. E assim é notável o quanto a comunicação e a linguagem são fundamentais para todo ser humano, para que consiga aprender, se relacionar com as pessoas a sua volta, e assim ser mais participativo e não se sentirem limitados e excluídos devido às dificuldades de linguagem oral.

CONCLUSÃO

Sendo assim, as pessoas portadoras de deficiências terão acesso à educação respeitando as suas necessidades. É fundamental que os alunos deficientes

adquiram a aprendizagem, com qualidade, em sala de aula junto aos demais alunos que não possuem essas características. É necessário que as diferenças não atrapalhem a inclusão no meio social, mas sim que as necessidades de todos sejam satisfeitas.

As famílias como também os professores devem estar capacitados para lidar com esses alunos. E quanto mais cedo for identificada a deficiência melhor será para iniciar o tratamento, na qual o mesmo terá mais chances de um melhor desenvolvimento físico e mental.

É fundamental que os professores tenham preparo especializados e estejam sempre preparados e dispostos a atender todas as necessidades especial de cada indivíduo presente no ambiente escolar, para que seja realizado de fato a inclusão.

De fato, a inclusão ainda tem muitos desafios para ser encarados, e o que mais se espera é que a escola se transforme em um lugar sem preconceitos e discriminação, onde as diferenças de cada um sejam respeitadas e que a aprendizagem de qualidade seja alcançada por todos.

BIBLIOGRAFIA

ANACHE, A. A. Educação Especial. Campo Grande, MS – 2011

BERSCH, Rita; SCHIRMER, Carolina R. Tecnologia Assistiva no Processo Educacional. In: BLANCO, Rosa, et al. Ensaio Pedagógico: Construindo Escolas Inclusivas. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BERSCH, Rita. Tecnologia Assistiva – TA. In: SCHIRMER, Carolina R., et al. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Diretrizes e bases da educação nacional. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, Secretaria de Educação Especial, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008.

Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais. 2. ed., Brasília: CORDE, 1997.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. PANTOJA, Luísa de Marillac P. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Atendimento

Educacional Especial: aspectos legais. In:_____.
Atendimento Educacional Especializado. – São Paulo:
MEC/SEESP, 2007.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. PANTOJA, Luísa de
Marillac P. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Atendimento
Educacional Especial: aspectos legais. In:_____.
Atendimento Educacional Especializado. – São Paulo:
MEC/SEESP, 2007.

FREITAS, M.T. Metodologia da mobilização coletiva e
individual. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1998.

GARCIA, Vinícius Gaspar. As pessoas com deficiência na
história do mundo. Disponível em:
<<http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>>. Acesso em:
23 de março de 2021.

GUGEL, Maria Aparecida. A pessoa com deficiência e sua
relação com a história da humanidade. Disponível em:
<http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>.
Acesso em: 23 de março de 2021.

JUNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. O movimento político
das pessoas com deficiência. Disponível em:

<<http://www.bengalalegal.com/movimento-historia-pcd>>.

Acesso em: 23 de março de 2021.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). 1997. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Memnon. SENAC.

OLIVEIRA, E.; MACHADO, K. S. Adaptações curriculares: caminho para uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2012.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. Política de educação inclusiva nas escolas: trajetória de conflitos. In: JESUS, Denise Meyrelles. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, p. 37. 2007.

PAULA, Ana Rita de. A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

SASSAKI, Vinícius Gaspar. Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. São Paulo: 2009.

SILVA, Otto Marques – A Epopéia Ignorada - A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje - CEDAS/São Camilo, São Paulo, 1987.

TESSARO, Nilza Sanches. Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. Aprendizagem e comportamento humano. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

CAPÍTULO VII - O PAPEL DA LUDICIDADE NA APRENDIZAGEM (LUIZE QUETERINE KIRKER)

O papel da ludicidade na aprendizagem

Luize Queterine Kirker

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da ludicidade no processo de aprendizagem, destacando como atividades lúdicas contribuem para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes. A ludicidade, enquanto estratégia pedagógica, favorece o envolvimento ativo do aluno, tornando o aprendizado mais significativo e prazeroso. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão bibliográfica de autores como Piaget, Vygotsky e Kishimoto, que abordam o jogo e o brincar como ferramentas essenciais no processo educativo. Os resultados apontam que o uso de práticas lúdicas em sala de aula favorece a motivação, a criatividade e o desenvolvimento integral da criança. Conclui-se que a ludicidade não deve ser vista apenas como recreação, mas como um recurso pedagógico potente para a construção do conhecimento.

Palavras-chave: Ludicidade. Aprendizagem. Educação. Jogos. Desenvolvimento infantil.

Introdução

A ludicidade tem sido reconhecida como uma importante aliada no processo de ensino e aprendizagem, especialmente na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Ao se considerar o brincar como uma forma legítima de expressão, comunicação e construção de conhecimento, compreende-se que o lúdico

ultrapassa a função de entretenimento e assume um papel essencial na formação integral da criança.

Segundo Piaget (1971), o jogo é uma atividade fundamental para o desenvolvimento cognitivo, pois permite à criança assimilar a realidade e experimentar situações simbólicas que favorecem a construção de estruturas mentais. O autor destaca que, por meio do brincar, a criança exercita suas capacidades de representação e internalização, elementos essenciais na aprendizagem.

Vygotsky (1988), por sua vez, enfatiza o caráter social do brincar. Para o autor, o jogo possibilita à criança atuar em um "nível superior" ao seu comportamento habitual, promovendo o desenvolvimento de funções psicológicas superiores. É no contexto lúdico que se dá a interação com o outro, a mediação simbólica e a internalização de regras sociais e cognitivas. Assim, o brincar favorece a zona de desenvolvimento proximal, conceito fundamental na teoria vygotskyana.

Complementando essa perspectiva, Kishimoto (2007) argumenta que o lúdico é uma estratégia pedagógica que contribui significativamente para a aprendizagem significativa, pois envolve a criança em uma relação afetiva com o conhecimento. A autora defende que os jogos e brincadeiras, quando bem planejados e intencionados, são

recursos eficazes para desenvolver habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais.

Dessa forma, compreender o papel da ludicidade na aprendizagem implica reconhecer que o jogo não é apenas uma forma de passatempo, mas um instrumento metodológico capaz de favorecer a construção do saber de forma prazerosa e significativa. Neste contexto, este artigo propõe refletir sobre a importância do lúdico na prática pedagógica, destacando sua relevância no desenvolvimento integral da criança e sua contribuição para um processo de aprendizagem mais engajado, criativo e efetivo.

Desenvolvimento

A Ludicidade como Ferramenta Pedagógica

A ludicidade, quando utilizada como estratégia pedagógica, promove uma aprendizagem mais ativa e significativa. Para Oliveira (2000), o lúdico deve ser incorporado à prática docente de forma planejada, considerando os objetivos pedagógicos e o estágio de desenvolvimento das crianças. Os jogos, as brincadeiras e outras atividades lúdicas proporcionam um ambiente rico

em estímulos, favorecendo o envolvimento e a curiosidade dos alunos.

Segundo Kishimoto (2007), o brinquedo é um recurso didático que pode potencializar a aprendizagem ao estimular a criatividade, o raciocínio lógico, a coordenação motora e a cooperação entre os pares. A autora reforça que “brincar é uma atividade indispensável ao desenvolvimento infantil, pois integra aspectos emocionais, sociais e cognitivos em uma única experiência”.

A Contribuição de Piaget: Jogo e Desenvolvimento Cognitivo

Para Piaget (1971), o brincar está diretamente relacionado ao desenvolvimento da inteligência. O autor descreve três tipos principais de jogos: o jogo de exercício (predominante na fase sensório-motora), o jogo simbólico (na fase pré-operatória) e o jogo de regras (na fase operatória concreta). Cada tipo de jogo corresponde a um estágio do desenvolvimento cognitivo, sendo essencial para a construção do pensamento e da lógica.

Além disso, Piaget ressalta que, ao brincar, a criança assimila elementos da realidade e os transforma, o que permite o avanço na organização do pensamento. Nesse processo, o lúdico não é apenas expressão de prazer, mas

um mecanismo fundamental para a construção do conhecimento.

Vygotsky e o Brincar como Espaço de Mediação Social

Vygotsky (1988) amplia a compreensão sobre a ludicidade ao evidenciar seu papel na mediação das interações sociais. Em sua perspectiva sociocultural, o brincar é um contexto em que a criança internaliza normas, valores e conhecimentos por meio da interação com os outros. O jogo simbólico, por exemplo, é um espaço onde a criança assume papéis sociais, desenvolvendo funções mentais superiores, como atenção voluntária, memória lógica e controle do comportamento.

Um conceito central na teoria de Vygotsky é a **zona de desenvolvimento proximal (ZDP)**, definida como a distância entre o nível de desenvolvimento real e o potencial. Segundo o autor, a criança, ao brincar com outras mais experientes ou com o apoio do educador, realiza aprendizagens que não conseguiria sozinha, o que demonstra o poder do lúdico como ferramenta mediadora.

Ludicidade e o Desenvolvimento Integral da Criança

A ludicidade contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo, mas também para o emocional, social e físico da criança. Brincar permite expressar sentimentos, resolver conflitos simbólicos e desenvolver empatia. Para Santos e Cavalcanti (2013), o brincar possibilita a vivência de situações diversas em um ambiente seguro, contribuindo para a formação de uma personalidade equilibrada e segura.

Além disso, o aspecto social do jogo favorece o trabalho em grupo, a cooperação e o respeito às regras, habilidades essenciais para a convivência em sociedade. Conforme destaca Brougère (1998), “o jogo é uma atividade de relação com o mundo, não apenas uma evasão, mas uma forma de compreender e agir sobre a realidade”.

A Prática Pedagógica e a Valorização do Lúdico

Embora amplamente reconhecido na teoria, o uso do lúdico na prática pedagógica ainda encontra desafios. Muitos professores, pressionados por currículos rígidos e avaliações tradicionais, acabam negligenciando o brincar como estratégia educativa. Para integrar efetivamente o lúdico à prática escolar, é necessário planejamento, intencionalidade e formação docente contínua.

Segundo Moyles (2002), o brincar deve ser planejado com objetivos pedagógicos claros, integrando-se ao currículo de forma coerente. Atividades lúdicas bem estruturadas não apenas motivam os alunos, mas também permitem a avaliação contínua de suas habilidades e progressos.

Conclusão

A ludicidade, entendida como parte essencial do processo educativo, representa uma ponte entre o universo infantil e o conhecimento formal. Longe de ser uma atividade meramente recreativa, o brincar assume um papel central no desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. Ao analisar as contribuições teóricas de Piaget, Vygotsky, Kishimoto, entre outros estudiosos da educação, fica evidente que o lúdico não apenas favorece a construção de estruturas mentais, mas também promove interações significativas e experiências que ampliam a aprendizagem.

A prática pedagógica, ao incorporar o lúdico de forma planejada e intencional, enriquece o ambiente escolar, tornando-o mais motivador, acolhedor e propício ao

desenvolvimento de competências diversas. No entanto, para que isso se concretize, é fundamental superar a visão tradicional de ensino centrada apenas na transmissão de conteúdos, reconhecendo o brincar como um recurso metodológico legítimo e eficaz.

Portanto, investir em uma abordagem pedagógica que valorize o lúdico é também investir em uma educação mais humana, criativa e significativa. É papel do educador reconhecer o potencial do brincar como um caminho para o conhecimento, transformando a escola em um espaço de descoberta, experimentação e construção ativa do saber.

Referências

BROUGÈRE, Gilles. *Brinquedo e cultura*. São Paulo: Cortez, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira, 2007.

MOYLES, Janet. *Just playing? The role and status of play in early childhood education*. 2. ed. Philadelphia: Open University Press, 2002.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 2000.

PIAGET, Jean. *A psicologia da criança*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1971.

SANTOS, Jussara Hoffmann dos; CAVALCANTI, Cláudia da Rocha. *Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

**CAPÍTULO VIII - O PAPEL DA REESTRUTURAÇÃO COGNITIVA-
COMPORTAMENTAL NA ANSIEDADE ENTRE CRIANÇAS,
ADOLESCENTES E ADULTOS (LUZILENE RAMOS)**

O papel da reestruturação cognitiva-comportamental na ansiedade entre crianças, adolescentes e adultos

Luzilene Ramos²

RESUMO

A ansiedade é uma condição comum que afeta pessoas de todas as idades, manifestando-se em diferentes intensidades e formas. Seja em crianças enfrentando a separação dos pais, adolescentes lidando com pressões acadêmicas e sociais, ou adultos sobrecarregados pelas demandas do dia a dia, a ansiedade pode impactar significativamente a qualidade de vida. Dentre as abordagens terapêuticas, a reestruturação cognitiva-comportamental tem se mostrado uma ferramenta eficaz no manejo desse transtorno.

PALAVRAS-CHAVES: Desafios, específicos, Reestruturação Cognitiva

INTRODUÇÃO

Este artigo explora o papel da reestruturação cognitiva-comportamental no tratamento da ansiedade em crianças, adolescentes e adultos, analisando suas adaptações e benefícios em cada grupo etário. A compreensão de sua aplicação e eficácia é essencial para

1.1.1. ² luzilene_ramos18@gmail.com

aprimorar intervenções terapêuticas e contribuir para a saúde mental de diferentes populações.

A ansiedade é uma resposta emocional natural que ocorre diante de situações percebidas como desafiadoras ou ameaçadoras. Quando excessiva ou persistente, pode se transformar em um transtorno que compromete significativamente a saúde mental e a qualidade de vida. Este problema é universal, afetando indivíduos de todas as idades, embora suas manifestações e impactos variem conforme a etapa da vida.

Crianças podem apresentar medos intensos relacionados à separação ou situações escolares, enquanto adolescentes frequentemente enfrentam ansiedade vinculada a questões de identidade, pressão social e expectativas acadêmicas.

Em adultos, o transtorno pode se expressar em preocupações constantes, fobias específicas ou estresse relacionado ao trabalho e relacionamentos. Independentemente da faixa etária, a ansiedade está frequentemente associada a padrões de pensamento distorcidos, que intensificam as reações emocionais e comportamentais negativas.

Objetivo

O objetivo deste estudo é investigar a eficácia da reestruturação cognitiva-comportamental no manejo da ansiedade em três faixas etárias distintas: crianças, adolescentes e adultos. A pesquisa visa identificar como essa técnica pode ser adaptada para cada grupo etário, com ênfase em suas especificidades emocionais e cognitivas, e avaliar os resultados dessa abordagem no alívio dos sintomas ansiosos.

Justificativa

A ansiedade, em suas diferentes formas, impacta diretamente a qualidade de vida dos indivíduos, prejudicando suas interações sociais, desempenho acadêmico e laboral, além de afetar sua saúde mental. A TCC, especialmente a reestruturação cognitiva, tem se mostrado uma intervenção eficaz para promover mudanças duradouras nos padrões de pensamento disfuncionais. Contudo, a aplicação dessa técnica varia conforme as necessidades cognitivas e emocionais de cada faixa etária. A pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre como adaptar a reestruturação cognitiva para crianças, adolescentes e adultos,

contribuindo para um tratamento mais personalizado e eficiente.

Metodologia

Este estudo será realizado por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, incluindo artigos científicos, livros e outros recursos acadêmicos relevantes sobre a aplicação da reestruturação cognitiva no tratamento da ansiedade em crianças, adolescentes e adultos. Será feita uma análise comparativa entre os métodos e resultados encontrados em diferentes faixas etárias. Além disso, serão incluídos estudos que relatam a utilização de ferramentas específicas, como questionamento socrático, diários de pensamento, exposição gradual e técnicas lúdicas, utilizadas de acordo com as características cognitivas de cada grupo.

Resultados Esperados

Espera-se que os resultados mostrem que a reestruturação cognitiva é uma ferramenta eficaz no tratamento da ansiedade, promovendo não apenas a

redução dos sintomas, mas também o desenvolvimento de habilidades de enfrentamento em todas as faixas etárias. A pesquisa também deverá indicar que a aplicação de técnicas adaptadas, como métodos lúdicos para crianças, questionamento socrático para adolescentes e exposição gradual para adultos, é fundamental para a efetividade do tratamento. Além disso, o estudo pode revelar a necessidade de abordagens específicas que considerem as particularidades do desenvolvimento cognitivo e emocional de cada grupo.

Recursos Utilizados

Os recursos utilizados neste estudo serão baseados em fontes científicas que abordam a Terapia Cognitivo-Comportamental, com foco na reestruturação cognitiva e no tratamento da ansiedade. Será realizada uma pesquisa em bases de dados como PubMed, Google Scholar, e SciELO, além de consultas a livros especializados e artigos de periódicos científicos que tratam das metodologias aplicadas a cada faixa etária. Também serão analisadas as contribuições de autores renomados, como Beck & Clark (1997), Kendall (1994), Fonseca & Nunes (2011), e Craske & Barlow (2007).

2.DESENVOLVIMENTO

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é amplamente reconhecida como uma das abordagens mais eficazes para o manejo da ansiedade em diferentes faixas etárias. A reestruturação cognitiva, componente central dessa técnica, é fundamentada na identificação, questionamento e modificação de pensamentos disfuncionais que contribuem para a ansiedade (Beck & Clark, 1997). Essa intervenção busca transformar crenças distorcidas e irracionais em perspectivas mais adaptativas, promovendo alívio emocional e mudanças comportamentais positivas.

Crianças e a Reestruturação Cognitiva Entre crianças, a ansiedade frequentemente está relacionada a medos específicos, como a separação dos pais ou a interação social em ambientes escolares. A aplicação da reestruturação cognitiva nesse grupo requer métodos lúdicos e acessíveis, como histórias, jogos e desenhos, que ajudam a explorar e modificar os pensamentos irracionais.

Segundo Kendall (1994), a abordagem em crianças deve envolver um "processo colaborativo e educacional", onde elas são guiadas a identificar pensamentos

exagerados e substituí-los por ideias mais equilibradas. Por exemplo, uma criança com medo de falar em público pode aprender a substituir pensamentos como "vou errar tudo" por "posso errar, mas posso aprender e melhorar".

Adolescentes e os Desafios da TCC, na adolescência, a ansiedade é frequentemente impulsionada por pressões sociais, acadêmicas e de autoimagem. Estudos demonstram que a reestruturação cognitiva auxilia os adolescentes a desafiar crenças rígidas e perfeccionistas, promovendo maior flexibilidade cognitiva (Fonseca & Nunes, 2011).

Ferramentas como diários de pensamento e debates estruturados são eficazes para ajudá-los a reconhecer distorções cognitivas, como a catastrofização ou a personalização.

Craske e Barlow (2007) ressaltam que a exposição gradual a situações ansiogênicas, combinada com a modificação de pensamentos, é especialmente útil para adolescentes que enfrentam ansiedade social.

Adultos e a Aplicação da Reestruturação Cognitiva, para adultos, a reestruturação cognitiva geralmente se concentra em situações relacionadas ao trabalho, relacionamentos ou preocupações generalizadas. Técnicas como o questionamento socrático ajudam a identificar

crenças centrais disfuncionais, como "se eu falhar, sou incompetente", e a substituí-las por interpretações mais construtivas.

Barlow (2002) afirma que "a prática consistente de reestruturação cognitiva não apenas reduz os sintomas de ansiedade, mas também promove maior autoconfiança e enfrentamento eficaz".

Além disso, exercícios de exposição graduada são frequentemente utilizados para desafiar medos específicos e testar a validade de pensamentos catastróficos. Benefícios Gerais e Evidências Científicas, a eficácia da reestruturação cognitiva-comportamental é amplamente respaldada por estudos.

Segundo Beck e Clark (1997), a técnica oferece melhorias significativas nos sintomas de ansiedade em curto e longo prazo, com taxas de recaída reduzidas em comparação a outros tratamentos. Além disso, Fonseca e Nunes (2011) destacam que a TCC, ao abordar diretamente os padrões de pensamento, promove mudanças profundas e duradouras na forma como os indivíduos percebem e enfrentam desafios.

Assim, a reestruturação cognitiva-comportamental mostra-se uma ferramenta essencial para lidar com a ansiedade, ajustando-se às necessidades específicas de

crianças, adolescentes e adultos, enquanto promove habilidades de enfrentamento mais eficazes e saudáveis.

Nesse contexto, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) surge como uma abordagem eficaz para o tratamento da ansiedade. Entre suas técnicas centrais, destaca-se a reestruturação cognitiva, que consiste em identificar, desafiar e modificar pensamentos automáticos e crenças desadaptativos.

Essa intervenção promove uma compreensão mais equilibrada e funcional das situações antigênicas, reduzindo os sintomas e fortalecendo a resiliência emocional. A ansiedade é uma condição prevalente que afeta indivíduos de todas as idades, sendo caracterizada por respostas emocionais exageradas a situações percebidas como ameaçadoras.

A reestruturação cognitivo-comportamental, uma técnica central da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), tem se mostrado eficaz no manejo da ansiedade.

Essa abordagem busca identificar e modificar pensamentos automáticos e crenças disfuncionais que sustentam os sintomas ansiosos, promovendo padrões de pensamento mais equilibrados.

Em crianças, a técnica é adaptada para métodos lúdicos, como histórias e desenhos, ajudando a desmistificar medos irracionais. Em adolescentes, a

intervenção aborda preocupações comuns, como aceitação social e desempenho, utilizando ferramentas como diários de pensamento e questionamento socrático.

Para adultos, a reestruturação cognitiva se concentra em desafios cotidianos, como pressões profissionais e relacionamentos, por meio de exposições graduais e análise de padrões de pensamento.

A reestruturação cognitiva-comportamental não apenas alivia os sintomas de ansiedade, mas também promove a resiliência emocional e melhora a qualidade de vida. Sua eficácia, respaldada por ampla pesquisa científica, reforça seu papel como uma intervenção essencial no tratamento da ansiedade em diferentes fases da vida.

Ansiedade: Uma Perspectiva Geral, A ansiedade é uma resposta natural do organismo a situações de perigo percebido, mas pode se tornar disfuncional quando exagerada ou persistente. Em crianças, pode aparecer como fobias ou medo da escola.

Em adolescentes, muitas vezes está ligada a preocupações com desempenho, aceitação social e futuro. Já em adultos, o transtorno pode estar associado ao trabalho, relacionamentos ou eventos traumáticos.

Embora os gatilhos variem, a base comum da ansiedade está nos padrões de pensamento distorcidos,

como catastrofização, supergeneralização e visão de mundo rígida e negativa. É aqui que a reestruturação cognitiva-comportamental desempenha um papel crucial.

O Que é Reestruturação Cognitiva-Comportamental?

A reestruturação cognitiva é uma técnica da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) que visa identificar, desafiar e substituir pensamentos automáticos e crenças disfuncionais.

Baseia-se na premissa de que pensamentos influenciam emoções e comportamentos. Ao modificar pensamentos irracionais, é possível reduzir a intensidade da ansiedade e melhorar a adaptação do indivíduo às situações desafiadoras.

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é amplamente reconhecida como uma abordagem eficaz no tratamento dos transtornos de ansiedade, pois aborda diretamente os padrões de pensamento e comportamentos desadaptativos que sustentam a ansiedade.

A base teórica da TCC foi desenvolvida por Aaron T. Beck na década de 1960 e está fundamentada na ideia de que os pensamentos influenciam emoções e comportamentos.

No contexto da ansiedade, a TCC identifica pensamentos automáticos e crenças disfuncionais que exageram ou distorcem a percepção de perigo. Por exemplo, um indivíduo com ansiedade social pode interpretar um leve gesto de desaprovação como rejeição completa, intensificando a sensação de inadequação.

A reestruturação cognitiva, um dos pilares da TCC, desafia esses pensamentos, substituindo-os por interpretações mais equilibradas e realistas. Esse processo não apenas reduz os sintomas de ansiedade, mas também fortalece a resiliência emocional, ajudando o indivíduo a enfrentar situações antigênicas de forma mais saudável.

Além disso, a TCC inclui estratégias como a exposição gradual a estímulos temidos, treinamento em habilidades de enfrentamento e técnicas de relaxamento.

Essas intervenções criam um ciclo virtuoso de aprendizado e adaptação, permitindo que os pacientes modifiquem padrões mal adaptativos e reconstruam suas experiências emocionais e comportamentais.

A eficácia da TCC no tratamento da ansiedade é respaldada por extensa pesquisa, como demonstrado em estudos clínicos e revisões sistemáticas que indicam uma significativa redução nos sintomas após o tratamento, tanto em curto quanto em longo prazo. Se quiser, posso expandir

essa explicação ou relacioná-la a contextos específicos de crianças, adolescentes e adultos.

Aplicação por Faixa Etária

Crianças:

Com crianças, a reestruturação cognitiva frequentemente utiliza abordagens lúdicas, como desenhos, histórias ou jogos. Por exemplo, uma criança com medo excessivo de monstros pode ser incentivada a desenhar um "monstro engraçado", desafiando a ideia de que todos são assustadores. Técnicas como "detective de pensamentos" ajudam a identificar ideias exageradas e substituí-las por perspectivas mais realistas.

Adolescentes:

Adolescentes enfrentam desafios relacionados à identidade e aceitação.

A TCC os ajuda a explorar e modificar crenças como "se eu falhar, serei um fracasso total". Diários de pensamentos e debates estruturados podem ser ferramentas úteis para analisar e transformar essas crenças.

Além disso, a prática de habilidades sociais em contextos controlados pode reduzir a ansiedade social.

Adultos:

Para adultos, a reestruturação cognitiva geralmente é mais direta, usando registros de pensamentos, questionamentos socráticos e exercícios de exposição gradual.

Por exemplo, um adulto com medo de apresentações pode ser guiado a identificar pensamentos automáticos (como "vou falhar completamente") e substituí-los por perspectivas mais equilibradas ("posso cometer erros, mas isso não define meu valor como pessoa").

Benefícios e Limitações

A reestruturação cognitiva-comportamental oferece benefícios claros, como a redução da intensidade dos sintomas de ansiedade, aumento da resiliência e promoção de um estilo de vida mais equilibrado.

No entanto, sua eficácia depende de fatores como o nível de motivação do paciente, a complexidade do caso e o suporte social disponível.

Em alguns casos, especialmente nos transtornos de ansiedade mais graves, a reestruturação cognitiva pode ser complementada por outras intervenções, como

medicamentos ou terapias alternativas (meditação, mindfulness).

Conceito de Reestruturação Cognitiva

Técnica central da TCC, com foco na identificação, questionamento e modificação de pensamentos disfuncionais. Promove mudanças nas crenças distorcidas, resultando em alívio emocional e melhorias comportamentais.

Aplicação em Crianças:

Ansiedade infantil frequentemente associada a medos específicos (separação, interação social). Métodos adaptados, como histórias, jogos e desenhos, são usados para explorar e modificar pensamentos irracionais. Exemplos práticos incluem transformar pensamentos como *"vou errar tudo"* em *"posso aprender e melhorar"*. Enfoque colaborativo e educacional, como sugerido por Kendall (1994).

Abordagem com Adolescentes

Ansiedade comumente associada a pressões sociais, acadêmicas e de autoimagem. Ferramentas como diários de pensamento e debates estruturados ajudam a reconhecer e desafiar distorções cognitivas. Estudos (e.g., Fonseca & Nunes, 2011) apontam a eficácia da exposição gradual combinada com reestruturação cognitiva no manejo de fobias sociais.

Estratégias para Adultos

Ansiedade frequentemente ligada a preocupações com trabalho, relacionamentos e saúde. Uso do questionamento socrático para desafiar crenças centrais disfuncionais, como "se eu falhar, sou incompetente". A exposição gradual ajuda a testar pensamentos catastróficos, promovendo maior confiança e enfrentamento.

Benefícios e Evidências científicas

Beck e Clark (1997): Reestruturação cognitiva é eficaz em reduzir sintomas de ansiedade e prevenir recaídas. Promove mudanças profundas e duradouras nos padrões de pensamento. Barlow (2002) destaca que a prática consistente melhora a qualidade de vida e a resiliência emocional.

4.CONSIDERAÇÃO

A reestruturação cognitiva-comportamental é uma ferramenta poderosa e versátil no manejo da ansiedade em todas as idades. Ao permitir que indivíduos identifiquem e modifiquem padrões de pensamento distorcidos, a técnica promove não apenas a redução dos sintomas de ansiedade, mas também a construção de perspectivas mais equilibradas e adaptativas.

Dessa forma, abre-se um caminho para uma vida mais funcional, resiliente e menos limitada pelo medo irracional. Sua aplicação em crianças, adolescentes e adultos demonstra a flexibilidade e eficácia dessa abordagem, adaptando-se às necessidades específicas de cada fase da vida.

Além de aliviar o sofrimento causado pela ansiedade, a reestruturação cognitiva-comportamental contribui para o

fortalecimento da saúde mental e emocional, impactando positivamente o bem-estar geral. Investir na disseminação dessa prática é essencial para enfrentar o crescente impacto dos transtornos de ansiedade na sociedade.

Isso inclui capacitar profissionais da saúde, desenvolver programas de intervenção precoce e educar a população sobre os benefícios da TCC. Assim, é possível construir uma sociedade mais preparada para lidar com os desafios da saúde mental e promover uma qualidade de vida melhor para todos.

Investir na disseminação dessa abordagem, capacitando profissionais e educando a sociedade sobre sua eficácia, é essencial para enfrentar o crescente impacto da ansiedade na saúde mental global.

5.REFERÊNCIAS

Beck, A. T., & Clark, D. A. (1997). "Anxiety and depression: An information processing perspective." *Anxiety Research*, 4(1), 23-36.

Craske, M. G., & Barlow, D. H. (2007). *Mastery of Your Anxiety and Worry: Workbook*.

Kendall, P. C. (1994). "Treating anxiety disorders in youth: Results of a randomized clinical trial." *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 62(1), 100-110.

Damásio, A. R. (2003). *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ellis, A., & Dryden, W. (2007). *The Practice of Rational Emotive Behavior Therapy*. Springer Publishing.

American Psychological Association (APA). (2020). "Anxiety Disorders." *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5)*.

Fonseca, A. M., & Nunes, C. (2011).
Barlow, D. H. (2002). *Anxiety and its Disorders: The Nature and Treatment of Anxiety and Panic*. Guilford Press.

Mindfulness e Ansiedade em Crianças e Adolescentes.
Kabat-Zinn, J. (2003).

Peres, J. F. P., & Nasello, A. G. (2008).

Livro digital:

ISBN 978-856866941-9



Livro impresso:

ISBN 978-856866942-6

